



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

de Matos Rodrigues, Mara Cristina

A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,

vol. 6, núm. 11, abril, 2013, pp. 122-139

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769678009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A formação superior em história na UPA/URGS/ UFRGS de 1943-1971*

Higher education in history at UPA/URGS/UFRGS from 1943 to 1971

Mara Cristina de Matos Rodrigues

maramr@uol.com.br

Professora Adjunta

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Condomínio Paragem dos Verdes Campos, Caixa Postal 475

94190-992 - Gravataí - RS

Brasil

Resumo

Este artigo analisa a trajetória do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde a sua implantação, como curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia (1943), até 1970, quando esta foi desarticulada dando lugar ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas criado após a reforma universitária de 1968. Busca-se acompanhar as principais transformações no seu currículo, na composição do corpo docente e suas formas de recrutamento, bem como as iniciativas voltadas para a formação de professores do ensino secundário e para a pesquisa em história. Espera-se, dessa forma, contribuir para as reflexões em torno da articulação entre a história e os seus lugares de produção no Brasil.

122 Palavras-chave

Ensino de história; História das instituições; Lugar social.

Abstract

This paper analyzes the trajectory of the history course of the Federal University of Rio Grande do Sul since its implementation as a geography and history course at the School of Philosophy (1943) until 1970, when the latter was closed, thus giving way to the Institute of Philosophy and Human Sciences, created after the university reform of 1968. This is an attempt to follow the main changes that occurred in its curriculum, in the faculty composition and in its recruiting processes, along with the initiatives directed at the education for teaching in upper-secondary schools and at historical research. This study is expected to contribute to the reflections on the articulation between history and its places of production in Brazil.

Keywords

History education; History of institutions; Social place.

Recebido em: 16/11/2012

Aprovado em: 27/2/2013

* As siglas UPA, URGs e UFRGS referem-se aos diferentes nomes que designaram a atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde os anos 1930: primeiramente Universidade de Porto Alegre; a partir de 1947, quando encampou unidades universitárias do interior do estado, passou a se denominar Universidade do Rio Grande do Sul; em 1950 a URGs foi federalizada e passou-se a incluir o vocábulo "federal" em seu nome.

Frequentemente as narrativas sobre a história da pesquisa em história no Brasil, após iniciarem reportando-se à fundação e trajetória do IHGB no século XIX, delimitam rapidamente uma mudança de rumos em meados do século XX: de uma história produzida no(s) Instituto(s) Histórico(s) ou por ensaístas autodidatas passa-se a uma disciplina orientada conforme parâmetros acadêmicos e situada no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Não se pode colocar em dúvida a íntima associação existente entre a criação dos cursos de pós-graduação do aparato universitário na esfera federal, a atuação das agências de fomento como Capes e CNPq e o forte impulso que recebeu a pesquisa a partir dos anos 1970 no Brasil, especialmente na área das Ciências Humanas. Entretanto, a pressa com que passamos em nossas avaliações diretamente da proeminência dos institutos históricos à dos programas de Pós-graduação reduz toda a experiência universitária dos anos 1940 ao início dos anos 1970 a um “período de transição” do qual muitas vezes só conseguimos lembrar (e não devemos mesmo esquecer) o trauma dos expurgos na fase inicial da ditadura militar.

Mas para além desta marca, esse período pode ser muito fértil para nossas reflexões acerca do lugar social de produção da história. Ao contrário do que o nosso rápido diagnóstico costuma pressupor, ao saírem os historiadores do âmbito dos institutos históricos para adentrarem os programas de pós-graduação das universidades brasileiras, não deixam uma história sujeita às pressões sociais para ingressar naquele lugar neutro a partir do qual supostamente poderiam escrever, pensar e ensinar a história, como nos advertia Michel de Certeau (2002). É importante lembrarmos que além de a universidade não se localizar em algum ponto fora da sociedade, ela também não está livre dos limites interpostos por uma *condição histórica* em que a memória interpela e demanda da história o seu trabalho crítico, como nos lembra Paul Ricoeur (2000) em sua última obra.

É sob a perspectiva de que os cursos de história têm uma história e de que as instituições que os abrigam também a têm, que buscamos aqui propor a nossa análise acerca da formação superior em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É por isso que devemos inicialmente destacar o forte vínculo que a implementação da formação superior em história teve com as Faculdades de Filosofia ou Faculdades de Ciências e Letras previstas como parte do projeto universitário que se estabeleceu no Brasil a partir dos anos 1930. Marieta de Moraes Ferreira (2012, p. 612) já apontou o quanto a criação das universidades brasileiras tem sido objeto de vários estudos e o quanto os cursos de história ainda não o são. Há uma quantidade razoável de publicações a respeito das grandes universidades do Rio Grande do Sul, dentre elas a Universidade Federal, em que pese o seu caráter essencialmente documental, memorial e comemorativo.¹ Contudo, se vem crescendo o número e qualidade dos trabalhos sobre as faculdades de Filosofia (ou Filosofia, Ciências e Letras)

¹ Exemplos deste tipo de publicação são Diniz da Silva e Soares (1992), João e Clemente (1995) e Guedes e Sanguinetti (1994).

que foram implantadas no Brasil² na década de 1940 e extintas pela reforma universitária de 1968, o mesmo não ocorre no que tange especificamente à Faculdade de Filosofia da UPA/URGS/UFRGS.

Esta lacuna, entretanto, só pode aqui ser apontada para que iniciemos nossa análise remontando em linhas gerais o funcionamento dessas instituições para abordarmos com maior atenção a trajetória do curso de história da atual UFRGS. Interessa-nos sobretudo analisar as transformações ocorridas na constituição, recrutamento e formação do corpo docente, nos currículos do curso, bem como nos objetivos aos quais ele se propunha, incluindo-se a formação profissional e a sua relação com o desenvolvimento da pesquisa histórica. Para este fim, consideramos que a narrativa seria melhor organizada se propuséssemos uma periodização dividida em duas grandes fases. A primeira de implantação, que vai desde 1943 até 1956, passando pela federalização da universidade em 1952 e o desmembramento do curso de geografia e história em 1955. A segunda de consolidação, desde 1956, quando a antiga Faculdade de Filosofia deixa o caráter provisório de sua organização e passa a ser dotada de uma estrutura estável, até a reforma universitária de 1968, quando ela é extinta e o curso de história passa a integrar o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) com modificações substanciais no corpo docente e no currículo. Nas considerações finais esperamos tornar claro que a condição histórica e o lugar social conferiram características importantes que ainda marcam o curso de história da UFRGS, mostrando-se este período de sua trajetória como fundamental na definição de alguns rumos que tomaria no âmbito da pesquisa e da formação de professores.

124

De 1943 a 1955: à sombra da geração católica e do IHGRS

Tal como a Universidade do Brasil (UB), a Universidade de Porto Alegre (UPA) foi criada em 1934, pela reunião das faculdades tradicionais de Direito, Engenharia e Medicina, fundadas no início do período republicano (FÁVERO 2010; DINIZ DA SILVA; SOARES 1992). Seguindo o plano da Reforma Campos (1931) esta reunião das grandes escolas deveria ser coroada pela implantação de uma Faculdade de Filosofia que funcionaria como a sede daquilo que era chamado de “espírito universitário”. A coesão necessária ao empreendimento seria dada pelo estímulo à cultura desinteressada e pela formação para a pesquisa, procurando-se contrabalançar na nova instituição universitária a dimensão profissionalizante que marcava as escolas tradicionais. Para além de sua caracterização como uma instituição que viria ser chamada pelos docentes que nela trabalharam de “miniuniversidade” (COMISSÃO 50 ANOS 1993, p. 20), a legislação explicitava também entre os seus fins a formação de professores secundários (Decreto-lei n. 1190, de 4 de abril de 1939).

² Dentre os trabalhos que vem se avolumando sobre o tema, citamos alguns: de Maria de Lourdes Fávero sobre a cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia (1990) e Marieta de Moraes Ferreira sobre a mesma Faculdade (2007; 2012). Sobre a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, destacamos o recente livro de Diogo da Silva Roiz (2012). Merece ainda ser mencionado o trabalho de Fernando Trindade (1982) que levantou dados e analisou as trajetórias confessionais de docentes da Faculdade de Filosofia da UPA/URGS em seus anos iniciais, sem avançar cronologicamente nem aprofundar muitas de suas intuições possivelmente devido à sua morte prematura.

Tradicionalmente ligada aos empreendimentos educacionais, a Igreja Católica se rearticulava nas décadas iniciais do século XX, preocupada em retomar os espaços perdidos desde que a proclamação da República impulsionara o desenvolvimento de uma cultura política de matiz positivista e anticlerical no Rio Grande do Sul. Acompanhando a tendência de organização de um laicato engajado que se desenvolvera a partir do Centro Dom Vital no Rio de Janeiro, emergiu no Rio Grande do Sul a chamada “geração católica” formada nas dependências dos colégios jesuítas da capital e adjacências primeiramente através das congregações marianas e posteriormente com a organização da Associação de Professores Católicos (APC) (TRINDADE 1982; REGNER 1993, p. 28). A APC foi uma instituição importante na criação das duas Faculdades de Filosofia de Porto Alegre na década de 1940 – a católica e a estadual – e tinha entre seus objetivos difundir o catolicismo em meios não confessionais (TRINDADE 1982, p. 49). Um documento assinado por alguns dos seus integrantes, datado do mesmo ano e enviado ao interventor Flores da Cunha, mostra que a articulação dos católicos em torno da criação e do controle das Faculdades de Filosofia em Porto Alegre é tão antiga quanto a criação da UPA, ocorrida no mesmo ano de 1934.³ No seu memorial reivindicavam que o recrutamento dos docentes para a nova faculdade devia manter uma certa coerência com a formação escolar que se ministrava no estado. O grupo se referia ao fato de que muitas escolas secundárias eram mantidas por ordens religiosas católicas e de que os professores que viriam a ser formados para nelas trabalharem não deveriam encontrar uma ruptura com essa orientação na sua formação como docentes. Sendo assim, nada mais conveniente, natural e oportuno que escolher como formadores dos futuros professores do ensino secundário elementos que compartilhassem desses mesmos valores. Em outras palavras, o laicato católico se candidatava ao domínio dos postos de docência da Faculdade de Filosofia da UPA (REGNER 1993, p. 44).

E assim foi, ou quase... A maioria dos professores do curso de filosofia e grande parte dos de outros cursos, como o de história, tinha relações bastante diretas com o laicato católico atuante. Outros, como uma espécie de compensação obrigatória para justificar a aceitação dos argumentos dos católicos, eram de igrejas metodistas, já que estas também mantinham escolas em Porto Alegre. Além dessas pressões, o recrutamento de professores para a Faculdade de Filosofia enfrentava mais um problema, o da inexistência de docentes titulados nas áreas de conhecimento específicas em que deviam atuar, já que todos os cursos eram novidade no Brasil da década de 1930. Sendo assim, a exigência de título superior na área de conhecimento a que se candidatavam os docentes deveria ser flexibilizada, mas não foi totalmente esquecida. Os professores do curso de história e geografia implantado em 1943 eram, em sua maioria, formados em Ciências Jurídicas e Sociais, área considerada de maior afinidade às disciplinas do curso com apenas uma exceção – de formação superior em Engenharia – que confirma a regra, já que este docente foi destinado à cadeira de geografia física (RODRIGUES 2002, p. 144-161).

125

³ Os signatários da carta foram: Raul Moreira, Frederico Dahne, Elyseu Paglioli, Ary de Abreu Lima, Normélio Rosa, Ruy Cirne Lima, Mário Bernd, Álvaro Magalhães, Adalberto Pereira Câmara, Ivo Corrêa Meyer e Armando Câmara (REGNER 1993, p. 44).

Além de predominantemente católicos e formados em Direito, os docentes do novo curso também tinham experiência didática prévia em ensino superior, com exceção do docente da disciplina de geografia humana. Esta experiência se verificava principalmente na Faculdade de Direito da UPA, no curso de Economia anexo à mesma e no curso de geografia e história recentemente criado (1940) na Faculdade Católica de Ciências e Letras, administrada pelos irmãos Maristas em Porto Alegre (futura PUCRS), além de alguns poucos casos de professores que trabalhavam no ensino básico da rede pública. Em se tratando do curso de geografia e história cabe o questionamento sobre a participação desses docentes na mais prestigiada instituição ligada à escrita da história no estado: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Verifica-se, entretanto, que apenas um de seus docentes, Dante de Laytano, pertencia ao quadro dos consócios do Instituto e que o movimento entre curso de história da URGS e IHGRS era inverso ao que se pensou inicialmente: a docência no curso de história servia antes como credencial para o posterior ingresso no IHGRS, do que o contrário (RODRIGUES 2002, p. 158 *et seq.*). Esta peculiaridade, ao contrário de evidenciar alguma espécie de incompatibilidade entre a institucionalização da formação superior em história e a pesquisa e escrita da história por parte do IHGRS é melhor compreendida à luz da análise do debate interno à Faculdade de Filosofia a respeito das suas finalidades e do exame de algumas atividades que ela promoveu nesse período de implantação.

Primeiramente, cabe observar que a criação da Universidade de Porto Alegre e da sua Faculdade de Filosofia corriam às expensas do governo estadual.

126

Mesmo que eventualmente recebesse verbas e incentivos do governo federal a instituição era sustentada pelos escassos recursos financeiros de um estado que enfrentava longa crise de sua economia agrária e pastoril e ingressava no período que seria conhecido, nos anos 1960, como de “nordestinização” do Rio Grande do Sul, em referência ao processo de pauperização e êxodo do homem do campo (MÜLLER 1993, p. 359). A UPA, que se tornou a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) em 1947, utilizava-se dos prédios das antigas escolas de Medicina, Direito e Engenharia, improvisando-se instalações das unidades escolares do estado, como as do Instituto de Educação e do Colégio Júlio de Castilhos, para receber laboratórios, biblioteca, salas de aula dedicadas à administração, ao ensino dos cursos da Faculdade de Filosofia e campo de estágio dos futuros docentes (CR 1948, 22 março). Sem sede própria, com docentes que se desdobravam entre mais de uma unidade universitária, impossibilitados de serem reconhecidos como catedráticos efetivos em função da legislação estadual que impedia a acumulação dos cargos, a Faculdade de Filosofia inaugurava um projeto ambíguo de universidade, tal como afirmou Fávero (2010, p. 51 *et seq.*) sobre a UB, entre a modernização e a manutenção dos modelos e prerrogativas das faculdades tradicionais.

Essa ambiguidade torna-se mais clara ao se observar que a primeira direção da Faculdade, na figura de Álvaro de Magalhães, mesmo que comprometida com o projeto católico de dominar os quadros docentes, buscava compreender e atender, apesar de suas condições precárias, às prescrições mínimas da legislação que a criara. Ela obedecia ao modelo da Faculdade Nacional de Filosofia da

UB, criada e regulamentada pelo decreto 1190 de 1939. Além de estabelecer a organização administrativa e didática, apontava fins mais específicos para as Faculdades de Filosofia, idênticos aos colocados pelo primeiro Regimento Interno da Faculdade de Filosofia da UPA:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino (REGIMENTO 1942, p. 1).

A formação de professores como finalidade da Faculdade de Filosofia ("b") era algo muito bem compreendido pelo seu diretor e também pelo então reitor da universidade, Armando Câmara (1945-1949), signatários do manifesto enviado na época da criação da UPA referido anteriormente. Entretanto, os outros dois fins que ela previa, estímulo à cultura desinteressada e à pesquisa ("a" e "c"), não estiveram ausentes de suas preocupações. Através da correspondência da Faculdade verifica-se que Álvaro Magalhães buscava informações junto a outras universidades correspondendo-se inclusive com Lourenço Filho, funcionário do Conselho Nacional do Ensino Superior e expoente do grupo escolanovista – defensor do ensino leigo no Brasil – para buscar experiências e modelos no sentido de atender a esses "nobres fins" propostos pela legislação (CE/1946, 04 out). Contudo, a falta de verbas, o estatuto jurídico precário da Faculdade - que não podia constituir Congregação, Conselho Técnico Administrativo (CTA), nem se fazer representar em instâncias decisórias da universidade, como o Conselho Universitário, em função do estatuto provisório da contratação de seus docentes -, aliados à falta de clareza e iniciativas das políticas públicas em torno do projeto universitário em implantação, atuaram no sentido de reforçar unilateralmente a formação de professores para o ensino secundário como finalidade da Faculdade de Filosofia e de seu curso de história e geografia.

Dessa forma, foi justamente o caráter profissionalizante e não a capacidade de conferir coesão às unidades universitárias que marcou o período inicial da Faculdade de Filosofia da URGGS, ao contrário do que supostamente pretendia o projeto universitário da década de 1930. Entretanto, o caso do Rio Grande do Sul neste quesito não parece muito diferente de outros no Brasil. A Faculdade Nacional de Filosofia também não se pautou por uma atuação na pesquisa em História e outras áreas das ciências humanas durante este período. O depoimento de uma de suas docentes nesse período, Maria Yedda Linhares, é exemplar do que também acontecia no Rio Grande do Sul: a pesquisa era um empreendimento privado do docente, nem sempre estimulado pelo ambiente universitário de então (FERREIRA 2007, p. 156-57). Mesmo na recém-criada Universidade de São Paulo (USP), os depoimentos dos primeiros docentes da Faculdade de Ciências e Letras lamentavam a baixa procura de seus cursos (MICELI 1989, p. 79). Ao contrário do que desejavam os gestores da USP, os autodidatas não se sentiam atraídos pela busca de uma cultura que supunham deter e da qual não necessitavam para ganhar o pão.

No que diz respeito à finalidade do desenvolvimento da pesquisa algumas iniciativas eram desenvolvidas sobretudo em áreas que não as das ciências humanas, a despeito da precariedade material da faculdade. O Laboratório de Genética, ligado ao curso de história natural, chegou a contar com assistentes de dedicação exclusiva que trabalharam em conjunto com a USP e a Columbia University dispondo de bolsas de estudos e suplementação de verba por parte da universidade (CE/1950, 23 mar., 13 set., 11 nov., 17 nov., 25 nov.). No campo das ciências humanas, a filosofia é que teve maior destaque neste período chegando, em 1953, a constituir o Instituto de Filosofia que promoveu conferências de convidados e publicações, mais do que pesquisas originais, nesta área (MOREIRA; HESSEL 1967, p. 23).

No que tange ao campo da História é importante investigar as relações estabelecidas entre o curso da URGs e o IHGRS, instituição prestigiada por reconhecimento e verbas do governo estadual⁴. Conforme afirmado acima as pesquisas em história eram empreendimentos raros e privados. Somente Dante de Laytano, catedrático interino de história do Brasil, era membro do IHGRS e conhecido como pesquisador. Suas iniciativas nesta atividade não passavam pelo ambiente da Faculdade de Filosofia e seu nome sequer era mencionado com destaque na correspondência recebida e expedida da instituição universitária. Quando se tratava de promover cursos de extensão, como o de folclore regional, solicitado por um grupo de professoras do Instituto de Educação, área em que Laytano atuava, seu nome sequer fora lembrado pelo diretor da Faculdade (RODRIGUES 2002, p. 166 *et seq.*). A situação seguiu sem alterações até pelo menos 1955, quando foi iniciada a série de cinco cursos de extensão bastante festejada pela bibliografia memorialística como uma das principais promoções da Faculdade de Filosofia neste período, os *Fundamentos da Cultura Rio-grandense* (MOREIRA; HESSEL 1967, p. 27-28). Embora a série de cursos não se restringisse à área da história, várias conferências de historiadores integraram o seu programa. Quase todos os conferencistas nesta área eram “externos” ao curso de história, pertenciam aos quadros do IHGRS e Dante de Laytano novamente não esteve entre eles.⁵ Esta situação sugere que quem detinha o *monopólio da legitimidade* da pesquisa histórica naquele período, para usar os termos propostos por Pierre Bourdieu (1994), era o IHGRS.

Sendo assim, mesmo quando se tratava de um empreendimento promovido no meio universitário, o reconhecimento da autoridade científica recaía sobre o IHGRS. As relações entre as duas instituições, o nascente e ainda não afirmado curso de história da Faculdade de Filosofia da URGs e o mais antigo e prestigiado Instituto Histórico, estavam longe de ser conflituosas ou competitivas. Cada um desempenhava claramente a sua função nesse campo da história em vias de especialização e ausência de profissionalização: ao primeiro cabia a formação de

⁴ O IHGRS contava desde a década de 1930 com subvenções para suas publicações; também obteve auxílio governamental com a doação de um terreno para a construção de sua sede.

⁵ É importante ressaltar que Laytano não desfrutava de grande prestígio no interior do IHGRS. Outros historiadores como Othelo Rosa e, mais tarde, Moyses Vellinho e Guilhermino César (professor do curso de Letras da Faculdade de Filosofia da URGs) dominavam as principais posições e ditavam os rumos do Instituto.

professores e ao segundo cabia a consagração dos pesquisadores autodidatas e a escrita autorizada da história regional. Este quadro não se alteraria de forma significativa até a década de 1970.

O curso de história entre a consolidação e a extinção da Faculdade de Filosofia da UFRGS (1956 a 1973)

A fase de implantação da Faculdade de Filosofia foi caracterizada pela precariedade administrativa, material e de prestígio dessa instituição no interior da universidade, a que estava sujeito também o curso de história. Essa situação sofreu alterações somente com o processo de federalização da universidade que teve início no final dos anos 1940, foi instituído pelo decreto-lei 1254 de 1950 e atingiu seus principais desdobramentos no ano de 1952. Nesta nova etapa, a Faculdade de Filosofia seria dotada de uma sede (1953) e teria catedráticos efetivos (a partir de 1956), possibilitando-se então a organização da Congregação e do CTA, que propiciaram a participação mais equitativa da Faculdade nas instâncias de poder da universidade (DINIZ DA SILVA; SOARES 1992, p. 100-123). A efetivação dos catedráticos não se deu por concurso público, ao contrário do que previa a legislação federal. Após várias negociações que tramitaram entre a reitoria, o governo estadual e o Ministério da Educação desde o ano de 1951, reconheceu-se o direito daqueles professores nomeados antes do ano de 1946 (em que foi normatizada a forma de ingresso dos catedráticos por seleção de provas e títulos) a ocuparem em caráter efetivo as suas cátedras. A partir desta definição iniciou-se a expansão do corpo docente conforme as novas regras que vigiam na universidade em virtude da mudança de sua jurisdição para a legislação federal. Foram contratados auxiliares de ensino e assistentes e realizados concursos para professores adjuntos, todos sob o controle estrito dos docentes recentemente efetivados, conforme a forte hierarquização do sistema de cátedras que só teria fim com a reforma de 1968 (FÁVERO 2010, p. 95-106).

A composição do corpo de docentes catedráticos em 1956 seguia, dessa forma, muito semelhante à de 1943. Entretanto, os novos contratados nas posições inferiores da hierarquia universitária já dispunham todos de título universitário em geografia e história, com ampla maioria de egressos da própria URGs/UFRGS. Outra importante mudança a ser registrada é a crescente presença feminina no corpo docente que se iniciou com Stela Ribeiro Maya, na cadeira de história contemporânea, e Helga Landgraff Piccolo, na de história do Brasil, sendo que a primeira, inclusive, chegaria à chefia do departamento de história no início dos anos 1970, ainda em um corpo docente com maioria do sexo masculino.

Mas a renovação decisiva em termos de gênero e formação aconteceria como consequência da reforma universitária e da abertura de vagas que ela ocasionou. Em 04 de maio de 1971 o Conselho Departamental da UFRGS tomava conhecimento de que o reitor autorizara a contratação de diversos auxiliares de ensino para os departamentos da Faculdade de Filosofia, que entrava em processo de extinção por conta da nova legislação. Iniciava-se aí a contratação de diversos professores que renovariam o corpo docente da UFRGS, que em 1973 contaria a presença de professores historiadores que juntamente com Helga Piccolo

seriam fundamentais na implantação do programa de pós-graduação da UFRGS e na atuação em programas de outras universidades gaúchas, como Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), após sua aposentadoria. Podem ser citados alguns dos nomes que se tornaram mais conhecidos, como os de Sandra Jatahy Pesavento, Susana Bleil de Sousa, Silvia Regina Ferraz Petersen, Arno Kern, Loiva Felix, Heloísa Reichel, Ieda Gutfreind⁶, exemplos que mostram o quanto se reverteu o caráter masculino da cátedra nesse período (ROIZ 2012, p. 37-38). Outros nomes aumentariam esta lista nos anos seguintes, observando-se o mesmo padrão que constitui o que podemos provisoriamente denominar de “geração universitária”: maioria feminina, graduada e pós-graduada em história, sociologia ou política, e futuramente atuante em programas de pós-graduação em história ou nas áreas afins, tanto na própria UFRGS, quanto na UNISINOS e PUCRS.

Entretanto, bem antes que a UFRGS organizasse o seu programa de pós-graduação em História (1983), outras iniciativas devem ser ressaltadas como parte do impulso à pesquisa histórica nesta universidade. Na mesma ata do ano de 1971 em que se verificava o início da renovação do corpo docente, registrou-se o encaminhamento, por parte do ex-catedrático Dante de Laytano, do projeto do Centro de Estudos Históricos do Rio Grande do Sul que, após aprovado, seria denominado Gabinete de Pesquisas Históricas do Rio Grande do Sul (GPHRGS). Inaugurado em 1973, o Gabinete congregou os jovens professores sob a coordenação de Laytano no primeiro empreendimento voltado especificamente para a pesquisa histórica no interior da UFRGS. Dele fizeram parte como “membros natos” os professores das disciplinas de história do Brasil e do Rio Grande do Sul: Sandra Pesavento, Maria Luíza Martini, Silvia Petersen, Helga Piccolo e o próprio Dante de Laytano, na posição de coordenador (BOLETIM 1973, p. 2).

Além do Gabinete, merece registro a criação do Centro de Estudos Latino-Americanos, em 1961, e o Centro de Estudos Sociais, em 1962, voltado para pesquisas sociológicas. Este último promoveu em 1963 o I Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros (MOREIRA; HESSEL 1967, p. 31) que Helga Piccolo apontaria como responsável pela sua iniciação na pesquisa dentro da universidade (PICCOLO 1994). Além disso, como resultado direto da reforma universitária, foi implantado em 1972 o Mestrado em sociologia e ciência política que seria lugar de formação pós-graduada de alguns historiadores e professores do curso de história da UFRGS. Outros o fizeram na PUCRS, que organizara o primeiro mestrado em história do Rio Grande do Sul, também no ano de 1972. Este ainda foi o ano em que defendeu tese na USP a professora Helga Piccolo, a primeira doutora atuando no corpo docente do curso de história da UFRGS (BOLETIM 1973, p. 6). Estas informações sugerem que a pesquisa histórica produzida na Universidade Federal vinculava-se desde seus primeiros movimentos às técnicas, métodos e temáticas próximas das ciências sociais em função da sua proximidade com os programas de pós-graduação tanto de sociologia e política da UFRGS, quanto de história da USP.

⁶ Ver listagem de docentes do departamento de história: *Revista do IFCH*, n. 1, ano 1, 1973.

Os currículos dos cursos de geografia e história de 1936 a 1973

O primeiro currículo de geografia e história não chegou a ser implementado. Ele foi projetado em 1936, dois anos após a criação da UPA, quando ainda se pensava a universidade conforme a Reforma Campos (1931). Elaborado por Othelo Rosa, membro do IHGRS e secretário de estado responsável pelos assuntos educacionais no Rio Grande do Sul, o currículo foi aprovado pelo Conselho Universitário da UPA (REGNER 1993, p. 42):

1^a série

Geografia Geral
Geografia Econômica
História da Civilização (antiga e medieval)
Psicologia Geral e Experimental

2^a série

Antropogeografia, especialmente do Brasil
História Moderna e Contemporânea
História e Proto-história da América, especialmente do Brasil
História da Filosofia

3^a série

Geografia Econômica do Brasil
História do Rio Grande do Sul
Filosofia da História
Sociologia
Metodologia da História e da Geografia

Esse currículo teve de ser esquecido, pois a Faculdade de Educação, Ciências e Letras acabou não sendo implantada antes das modificações impostas pela legislação nacional de 1939. O outro currículo do curso de geografia e história instituído em 1943, como tudo o que dizia respeito à Faculdade de Filosofia, era prescrito pelo já referido decreto-lei que criara a Faculdade Nacional de Filosofia da UB e a instituíra como modelo para as suas congêneres no país em 1939. O curso durava três anos e contava com uma formação que separava os conteúdos de geografia e história dos da formação didática. Segundo o regimento interno da Faculdade e o decreto federal no qual se baseara, o curso de geografia e história deveria ter, no mínimo, o seguinte currículo e seriação:⁷

131

Primeira Série

Geografia Física
Geografia Humana
Antropologia
História da Antiguidade e da Idade Média

Segunda Série

Geografia Física
Geografia Humana
História Moderna
História do Brasil
Etnografia

⁷ Esse currículo e o texto do decreto estão em: REGIMENTO 1942; GUIA 1943; MOREIRA; HESSEL 1967, p. 103-104.

Terceira Série

Geografia do Brasil
História Contemporânea
História do Brasil
História da América
Etnografia do Brasil

Sobre esta nova versão, portanto, duas observações podem ser feitas: não foram previstas as disciplinas dedicadas à “filosofia da história” nem à “metodologia de história e geografia”, importantes para o desenvolvimento de pesquisa na área, tanto quanto a “história do Rio Grande do Sul”. A lei federal, apesar de representar uma tendência à padronização do ensino em nível nacional, não proibia o acréscimo de disciplinas, mas estipulava um currículo mínimo a ser seguido. Sendo assim, reiteramos a interpretação de que para além das opções ideológicas da geração católica, no sentido de reforçar a formação de professores, devemos lembrar que as condições materiais precárias para a instalação dos novos cursos da Faculdade de Filosofia acabavam por restringir a instituição ao cumprimento do mínimo previsto pela legislação (RODRIGUES 2002). Quanto ao aspecto mais explicitamente profissionalizante do currículo, o núcleo das disciplinas didáticas e pedagógicas, o programa era cumprido em um ano, ainda conforme o mesmo decreto que organizava a Faculdade Nacional de Filosofia:

132

Didática Geral
Didática Especial
Psicologia Educacional
Administração Escolar
Fundamentos Biológicos da Educação
Fundamentos Sociológicos da Educação

É necessário ressaltar que em um primeiro momento a Faculdade de Filosofia no Rio Grande do Sul parece não ter surgido prioritariamente para preencher uma necessidade ou demanda de um mercado de profissões, como sugere Miceli (1979) para o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O que se verifica na análise conjunta das leis que regulamentam o Ensino Superior no Brasil e de sua aplicação no Rio Grande do Sul, especialmente no caso da UPA, é a ação intervencionista do governo federal. Este criou e regulamentou as Faculdades de Filosofia e concomitante a elas uma legislação que obrigava os professores secundários a nelas ingressar. Intensificando essa pressão legal, o governo estadual criou também condições forçosas de ingresso na Faculdade de Filosofia para aqueles professores secundários que já se encontravam em atividade na rede escolar pública e privada do Rio Grande do Sul. Assim, o primeiro Guia da Faculdade de Filosofia da UPA (caderno de informações destinado aos vestibulandos) apresenta um “estímulo” extra aos professores do ensino secundário para ingresso em seus cursos:

Consta ainda do decreto estadual, que regulamentou o funcionamento da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, que: *Os professores contratados dos estabelecimentos oficiais, ou fiscalizados*

do Estado, de ensino secundário, são obrigados à matrícula nos cursos respectivamente da Faculdade ou Instituto congénere, sob pena de terem rescindidos seus contratos (GUIA 1943, p. 10, grifo no original).⁸

Tendo em vista o ingresso compulsório dos professores secundários nos cursos da Faculdade de Filosofia, é difícil afirmar que elas tenham desempenhado o papel de atender a uma demanda de um mercado de empregos em expansão. Parece que, pelo contrário, elas vieram a contribuir no sentido de normatizar esse mercado.

A organização do currículo não seria alterada até 1955 quando o curso de geografia e história foi desmembrado em dois cursos separados, conforme previa o Decreto-lei 2594 de 08/09/55. Desde então podemos verificar que a estrutura do curso de história assumiu a seguinte configuração (GUIA 1957, p. 16):

1^a série

Introdução aos Estudos Históricos
Arqueologia e Pré-história
Antropologia
História Antiga e Medieval
Geografia Humana

2^a série

História Moderna
História do Brasil
História da América
Etnografia

3^a série

História Contemporânea
História do Brasil
História da América
Etnografia do Brasil e Noções de Língua Tupi

133

O estado lacunar da documentação da Faculdade de Filosofia e do curso de história não permite que seja elaborada uma série completa das transformações curriculares no período delimitado neste artigo, principalmente entre os anos de 1955 e 1968. Entretanto, pelos dados que dispomos até o momento, esta estrutura curricular proposta em 1955 permaneceria com poucas alterações até a reforma universitária de 1968. Temos notícia de alguns aumentos de carga horária nesse interstício, que indicam a maior importância que foi sendo dada às disciplinas de História Antiga, História da América, Moderna e Medieval, em 1969, com destaque para as duas primeiras, que duplicaram. Além disso, em um currículo mimeografado do ano de 1968 verificamos a inclusão de uma "Filosofia da História", ministrada por um professor do departamento de história (já prevista no currículo não praticado de 1936). Entretanto, nada parecido com uma metodologia da história a indicar a preocupação com a pesquisa. Contudo, dali a dois anos a "Filosofia da História" seria substituída pela "Teoria da História", com seis créditos, inserida então no currículo para

⁸ Essa prescrição legal enfrentou o protesto dos administradores e docentes da FLECL junto ao Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, que tornou-o sem efeito pois limitava a "liberdade de escolha" dos professores contratados pelos estabelecimentos oficiais ou oficializados - como era o caso dos colégios Anchieta, Nossa Senhora do Rosário, Sevigné e Bom Conselho (JOÃO; CLEMENTE 1995, p. 51).

não mais sair, sugerindo-se uma preocupação mais clara com a pesquisa. Registra-se ainda que as etnografias perderam a complementação “Noções de Língua Tupi”.

Há um processo administrativo datado de 1971 que, ao que tudo indica, apresenta a nova configuração do curso implementada após a reforma universitária que na UFRGS consolidou-se em 1970 com a criação do IFCH. Nele se verificam algumas diferenças na carga horária e denominação de algumas disciplinas:

Introdução à história I - 6 créditos
Introdução à história II - 6 créditos
Pré-história I - 4 créditos
Pré-história II - 4 créditos
História da Antiguidade I - 8 créditos
História da Antiguidade I - 8 créditos
Antropologia I – 4 créditos
Antropologia II - 4 créditos
História da Idade Média – 8 créditos
História da Idade Média – 8 créditos
História do Rio Grande do Sul I – 6 créditos
História do Rio grande do Sul II – 6 créditos
Etnografia I – 4 créditos
Etnografia II – 4 créditos
História da América I – 5 créditos
História da América II – 5 créditos
História da América III – 6 créditos
História da América IV – 6 créditos
História Moderna I – 7 créditos
História Moderna II – 7 créditos
História do Brasil I – 6 créditos
História do Brasil II – 6 créditos
História do Brasil III – 7 créditos
História do Brasil IV – 7 créditos
História Contemporânea I – 8 créditos
História Contemporânea II – 8 créditos
Teoria da História I – 4 créditos
Teoria da História II – 4 créditos

134

O que mais se destaca nessa listagem é o grande aumento da carga horária das disciplinas de “História da América” e “História do Brasil”, áreas ainda fortes na atual constituição do curso de graduação em história da UFRGS, que não parece aqui se diferenciar de outros cursos brasileiros. Além disso, merecem ser destacadas a inclusão das histórias do Rio Grande do Sul I e II e o aumento da carga horária das disciplinas de “Teoria da História”. As primeiras foram fruto de uma longa campanha empreendida pelo professor Dante de Laytano, desde seus tempos de catedrático de História do Brasil (BOLETIM 1973, contracapa). Através de depoimentos (PICCOLO 2001) sabe-se que informalmente o catedrático já se incumbia de ensinar a história do Rio Grande do Sul, dividindo a carga horária da cadeira de “História do Brasil” com sua assistente Helga Piccolo que se incumbia dos conteúdos usuais desta disciplina. A inclusão das “Teorias” I e II e o aumento da carga horária das “Introduções à História” I e II, mesmo que por conta de alguma prescrição legal, não pode deixar de ser destacada, pois se relaciona com pesquisas de jovens professores como Silvia Petersen (1983), cuja tese de doutorado dedicou-se especificamente aos problemas do ensino das disciplinas teóricas nas universidades brasileiras.

Uma mudança fundamental, contudo, verifica-se nas listagens de currículo e carga horária que remanesceram desde 1968 até 1973: não se obtém através deles nenhuma informação mais precisa a respeito da formação pedagógica. A forte preocupação da reforma universitária com o estímulo à pesquisa acabou por eclipsar no curso de história a sua tradicional vinculação com a formação de professores. A segmentação entre a formação oferecida pelas disciplinas do departamento de história e a formação didática e pedagógica só fez aumentar desde então, especialmente pelo fato de que estas continuaram a ser ministradas pela Faculdade de Educação (FACED), e pelo aumento da distância física entre o IFCH (Campus do Vale) e o Campus Central, onde permaneceu a FACED.

Considerações finais

As discussões em torno da reforma de 1968, que modificou vários aspectos da vida universitária principalmente nas faculdades de filosofia, são anteriores à lei de diretrizes de bases da educação de 1961 (FÁVERO 2006) e se intensificaram após a sua promulgação. Na UFRGS, em 1963, foi lido perante a Congregação o “Esboço de um plano orientador para a Faculdade de Filosofia da URGs”. Nele o diretor dessa unidade universitária procurava refletir sobre a necessidade de sua reformulação. Voltava à tona a questão da cultura desinteressada quando, na discussão dos fins da Faculdade de Filosofia, ele reestabelece a antiga contraposição entre os estudos básicos, que ficariam a cargo desta faculdade, e os profissionais, característicos de outras escolas da universidade: “Isto não significa que a Faculdade de Filosofia só se deva preocupar com a cultura desinteressada, senão que ela não visa uma única e limitada profissão” (ESBOÇO 1963, p. 2). Buscava-se assim, novamente, encontrar a fonte do almejado “espírito universitário”. A nova Faculdade de Filosofia deveria proporcionar uma “educação liberal”, a partir da combinação de uma formação básica, de caráter generalizante, com a profissional e a pós-graduada (especializada) (ESBOÇO 1963, p. 9). Na perspectiva do autor da reforma proposta, o ideal seria a departamentalização de toda a universidade e a extinção das grandes escolas profissionais, possibilidade que ele avaliava com ceticismo: “o objetivo que nos podemos propor, com realismo, é a departamentalização das Faculdades, procurando, ao mesmo tempo, integrar os departamentos afins em Institutos Centrais” (ESBOÇO 1963, p. 10).

Passados mais de quarenta anos da reforma de 1968 é lícito perguntar se o seu efeito não passou novamente longe daqueles esperados desde os anos 1930. Se pensarmos com Pierre Bourdieu (1994) que no campo científico só existe desinteresse interessado, teríamos produzido mais do que a estruturação de um campo de produção do conhecimento histórico obedecendo a hierarquias próprias, conforme temáticas e disputas políticas específicas, que se busca autonomizar frente às injunções políticas e demandas da memória social? Mas isso é pouco? É possível? Desejável? Até que ponto? Talvez a maneira mais apropriada de finalizar uma reflexão sobre os lugares a partir dos quais produzimos maciçamente o conhecimento histórico na atualidade (as universidades) não possa deixar de ser o questionamento em aberto para que nos lembremos da condição social e histórica que simultaneamente nos limita e possibilita pensar o passado.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COMISSÃO 50 ANOS (org.). **50 anos Filosofia e Ciências Humanas**: 1943-1993. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- DINIZ DA SILVA, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: 1934 - 1964. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- FAVERO, Maria de Lourdes A. A Universidade do Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- FAVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, p. 139-161.
- 136** FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, abr.-jun. 2012, p. 611-636.
- FUNDAMENTOS da cultura rio-grandense. 1ª a 5ª série. 5 vols. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGS, 1954-1962.
- GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (org.). **UFRGS, Identidade e Memórias, 1934 - 1994**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Vol. 1. Porto Alegre: EDIPCURS, 1995.
- LIEDCKE FILHO, E.; NEVES, Clarissa E. B. Experiências regionais de institucionalização do ensino e da pesquisa em sociologia: a experiência da UFGRS. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, 8, 1997, Brasília, mimeo.
- MOREIRA, Earle Diniz Macharty; HESSEL, Lothar Francisco. **Faculdade de Filosofia**: 25 anos de atividade. Porto Alegre: UFGRS, 1967.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política gauchados anos 30 aos 60. In: GONZAGA, S.; DACANAL, José Hildebrando. **RS**: economia e política. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 358-402.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 72-110.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da província**: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Problemas de la enseñanza de las disciplinas teórico-instrumentales en los cursos de formación profesional en historia en universidades brasileñas**. Tese dout. Universidad Nacional Autónoma de Mexico. Facultad de Filosofía y Letras, Mexico, 1983.

PICCOLO, Helga I. L. Lembranças (d)e vivências. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (org.). **UFRGS, identidade e memórias, 1934 - 1994**. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 31-35.

PICCOLO, Helga I. L. Historiografia gaúcha. **Anos 90**, Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.º 3, maio de 1995, p. 43 -60.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n.º 122, 1982, p. 177-187.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). São Paulo: Appris, 2012.

RODRIGUES, Mara C. M. **A institucionalização da formação superior em história no Rio Grande do Sul**: o curso de geografia e história da UPA/URGS (1943-1950). Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. **Revista do IFCH - UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 1982. Ano X, p. 39-53.

Legislação

BRASIL. Decreto-lei n. 19851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Legislação Federal do Ensino Superior**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 19852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Legislação Federal do Ensino Superior**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 1190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Legislação Federal do Ensino Superior.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 9092, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia e dá outras providências. **Coleção das Leis.** (1946, vol. I). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BRASIL. Lei n. 2594, de 8 de setembro de 1955. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de geografia e história nas Faculdades de Filosofia. Disponível em: <http://wwwt.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=LEI&secao=NJUILE.../nphbrs.ex> Acesso em 27 de março de 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 547, de 6 de junho de 1942. Dá nova denominação à Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Universidade de Porto Alegre e estabelece outras providências. **Jornal do Estado**, 6 jun. 1942.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 548, de 6 de junho de 1942. Regulamenta o funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre. **Jornal do Estado**, 6 jun. 1942.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei n. 451, de 22 de novembro de 1943. Dispõe sobre o provimento e remuneração dos cargos dos professores da Faculdade de Filosofia. **Diário Oficial do Estado do R. G. S.**, 23 nov. 1943.

138

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei n. 1500, de 7 de julho de 1947. Dá organização à Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, cria o quadro do pessoal docente e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do R.G.S.**, 7 jul. 1947.

Depoimentos e entrevistas

CARRION, Francisco Machado. Depoimento. In: **Simpósio sobre a Revolução de 30.** Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 677-690.

LAYTANO, Dante. Depoimento. In: **Simpósio sobre a Revolução de 30.** Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 597-599.

MAGALHÃES, Álvaro. Depoimento. In: **Simpósio sobre a Revolução de 30.** Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 589-592.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraff. Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

Documentação dos acervos do Museu Universitário da UFRGS, do Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS e do Conselho Universitário
ANUÁRIO UFRGS. Porto Alegre, 1955.

BOLETIM do Gabinete de Pesquisa Histórica do Rio Grande do Sul, n. 1.,

ESBOÇO de um plano orientador para a Faculdade de Filosofia da URGs. Lido na Congregação da Faculdade de Filosofia em 1963, mimeografado.

GUIA da Faculdade de Filosofia. Porto Alegre: Universidade de Porto Alegre, 1943.

GUIA da Faculdade de Filosofia. Porto Alegre: URGs, 1957.

LIVRO de posse do Conselho Técnico-Administrativo - 1956/70.

LIVRO de Pareceres da Comissão de Ensino e Recursos do Conselho Universitário, 1940.

LIVROS de ofícios e correspondências expedidas (CE) pela Faculdade de Filosofia da UPA/URGS de 1946 até 1950.

LIVROS de correspondências recebidas (CR) pela Faculdade de Filosofia da UPA/URGS de 1946 até 1950.

LIVRO de Atas das Sessões da Congregação da Faculdade de Filosofia 1956 a 1959.

LIVRO do Processo de verificação para efeito de autorização federal, 1942. Cursos de Matemática, Física, Química, História Natural.

LIVRO do Processo de verificação para efeito de autorização federal, 1943. Cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Pedagogia, Didática.

LIVROS dos Relatórios da Faculdade de Filosofia em 3 volumes, referentes aos anos de 1942, 1943 e 1944.

LIVROS dos Relatórios da Faculdade de Filosofia de 1945, 1946 e 1949.

LIVRO de correspondência recebida (CRR) pela Reitoria da UPA, de 1935 a 1938.

REGIMENTO interno da Faculdade de Filosofia da UPA 1942.

REVISTA do IFCH, n. 1, ano 1, Porto Alegre: UFRGS, 1973.

139